



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O labirinto e o fio de Teseu:

veredas cartesianas para o filosofar
Paulo Tadeu da Silva

Como citar: SILVA, P. T. O labirinto e o fio de Teseu: veredas cartesianas para o filosofar.
In: VELASCO, P. D. N. (org.). **Ensino de – qual? – Filosofia:** ensaios a contrapelo. Marília:
Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 119-138.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-063-4.p119-138>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O LABIRINTO E O FIO DE TESEU: VEREDAS CARTESIANAS PARA O FILOSOFAR

Paulo Tadeu da Silva⁴⁶

Viver sem filosofar é precisamente ter os olhos fechados sem nunca buscar abri-los; e o prazer de ver todas as coisas que nossa visão descobre não é comparável à satisfação dada pelo conhecimento daquelas que se encontram pela Filosofia. (DESCARTES, Carta-prefácio aos Princípios de filosofia, 2003, p. 6).

1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo do presente capítulo consiste em sugerir uma concepção de filosofia inspirada no pensamento de Descartes e como

⁴⁶ Doutor em Filosofia (USP). Professor da Universidade Federal do ABC, onde atua nos cursos de Bacharelado em Filosofia, Licenciatura em Filosofia, no núcleo UFABC do PROF-FILO e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Membro do grupo de pesquisa do CNPq Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia (LaPEFil). <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-063-4.p119-138>

ela poderia ensejar algumas diretrizes filosóficas para o ensino de filosofia. Essa tarefa, tal como aquela que poderíamos empreender considerando outros filósofos, requer considerar-se uma série de aspectos a partir da abordagem de boa parte dos escritos de Descartes. No caso específico do filósofo francês, a situação é um tanto mais delicada se levarmos em conta seu lugar na História da Filosofia, bem como sua presença para além dos circuitos acadêmicos e escolares. De fato, a expressão *eu penso, logo eu sou* (DESCARTES, 2018, p. 91), presente no início da Quarta Parte do *Discurso do método*, e popularmente conhecida como *penso, logo existo*, é talvez a referência mais comum para aqueles que sequer tiveram oportunidade de conhecer uma mínima parte da Filosofia. Referência tão amplamente conhecida como a máxima socrática, na qual se reconhece que a única coisa que se sabe é que nada se conhece. Além disso, outra dificuldade oriunda dessa notoriedade está relacionada com a caricatura, muitas vezes pejorativa de sua filosofia, alimentando a crença de que ser cartesiano é desconsiderar completamente o que vem dos sentidos ou é fruto de nossas emoções. Caricatura que muitas vezes obscurece ou até mesmo oblitera um dos preceitos mais saudáveis de seu modo de filosofar: colocar em dúvida opiniões pretensamente inabaláveis.

A exposição será desenvolvida em dois momentos. O primeiro deles será dedicado a extrair de alguns escritos de Descartes aspectos que permitam vislumbrar uma concepção de Filosofia ou, antes, do filosofar. Para tanto, levo em consideração uma parte dos textos de Descartes, muitos dos quais são bem conhecidos. O segundo momento visa articular os traços gerais dessa concepção com diretrizes filosóficas para o ensino de Filosofia. Vale advertir, contudo, que Descartes jamais dedicou-se especificamente a tratar do ensino de filosofia ou da educação (OLIVEIRA, 2006, p. 55-56), ainda que tivesse todo o interesse de que suas obras, notadamente *Os meteoros* e *Os princípios de filosofia*, fossem adotados nos colégios jesuítas de seu tempo. Desse modo, a concepção de ensino de Filosofia a ser apresentada é fruto da tentativa de ensaiar essa concepção, ainda que ela não estivesse explicitamente presente nos interesses do autor.

2. A DÚVIDA, O MÉTODO E O FILOSOFAR

O projeto filosófico de Descartes é inseparável de alguns elementos fundamentais. Em primeiro lugar, não há como falar de tal projeto sem levar em conta o desejo cartesiano de estabelecer um método que propicie o conhecimento certo e seguro, isto é, que permita o alcance da verdade. Esse método, por sua vez, é uma exigência diretamente relacionada com os padrões de racionalidade e rigor filosófico sustentados e almejados pelo autor. Outro aspecto fundamental diz respeito à recusa de teses tradicionalmente aceitas no âmbito da filosofia e da ciência. Essa recusa está, por sua vez, na base da nova filosofia e da nova ciência propostas pelo autor, cujas teses centrais estão espalhadas em suas obras, dentre as quais destaco as seguintes: *Regras para a orientação do espírito* (1628), *Discurso do Método* (1637), *Meditações* (1641) e *Princípios de Filosofia* (1644).

Como sabemos, Descartes abandona a redação do primeiro desses textos em 1628. No ano seguinte, ele parte pela segunda vez para a Holanda, onde permanecerá até 1649. É precisamente nesse longo período que as outras obras são escritas e publicadas. É nessas quatro obras que encontramos elementos importantes para a compreensão de alguns aspectos centrais da filosofia cartesiana, dentre eles: o método, a natureza do conhecimento, a metafísica e uma parte da sua filosofia natural. Além disso, nelas encontramos sua concepção de racionalidade e rigor filosófico, os pilares que amparam o seu desejo de constituir um conhecimento certo e seguro. Esses últimos aspectos, sem qualquer sombra de dúvida, já estão anunciados no título daquele que é um de seus textos mais conhecidos, a saber: *Discurso do método para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências*. Quanto a estas últimas, as ciências, os ensaios que acompanham o *Discurso* oferecem alguns exemplos da fecundidade e alcance desse método, pois, após o título, encontramos: “Mais a *Dióptrica*, *Os Meteoros* e a *Geometria* que são os ensaios desse método”.⁴⁷

⁴⁷ Infelizmente, a maior parte dos leitores de Descartes não têm conhecimento de que o *Discurso* é, na verdade, uma introdução ou prefácio aos ensaios que o acompanham. Assim, uma leitura parcial da obra de 1637, ou seja, uma leitura apenas daquele que é o seu prefácio, faz com que a integridade da obra e do seu projeto se veja comprometida. É certo que a aplicação das regras desse método está presente nas *Meditações*, uma vez que conduzem a argumentação cartesiana na obtenção das verdades estabelecidas ao longo das seis meditações. Contudo, é preciso reconhecer que os primeiros resultados da aplicação do método não estão no texto de 1641, mas na obra de 1637, publicada anonimamente.

Se o método tem tal precedência sobre as teses filosóficas sustentadas por Descartes, não parece haver qualquer dúvida que ele desempenha, então, uma função central na concepção de filosofia que poderíamos extrair de seus escritos. Diante disso, coloca-se a primeira pergunta que devemos enfrentar: qual é a concepção de filosofia sustentada por Descartes? Como ele, que nas palavras de Granger, é caracterizado, desde Hegel, como o “pai do espírito moderno e, mais precisamente, do racionalismo” (GRANGER, 1973, p. 28), concebe o exercício filosófico? Vejamos o que ele afirma na primeira parte do *Discurso*.

Nada direi sobre a filosofia, a não ser que, vendo que ela foi cultivada pelo mais excelentes espíritos que viveram desde muitos séculos e que, apesar disso, nela nada se encontra que não seja objeto de disputa e, conseqüentemente, que não seja duvidoso, eu não tinha tanta presunção em esperar aí encontrar algo melhor do que os outros, e que, considerando quantas opiniões diferentes pode haver sobre uma mesma matéria, as quais são sustentadas por homens doutos, sem que jamais possa haver mais do que uma que seja verdadeira, reputava quase como falso tudo aquilo que era somente verossímil. (DESCARTES, 2018, p. 74).

O diagnóstico aqui presente é bem conhecido: ao considerar a Filosofia, aquela na qual ele fora educado, nada lhe parece certo e seguro. Mas o mais interessante é que o parágrafo tem início com “Nada direi sobre a filosofia...”. Talvez naquele momento, aos 41 anos de idade, Descartes ainda não tivesse atingido a maturidade ou velhice da qual falam Deleuze e Guattari: “Talvez só possamos colocar a questão *O que é a filosofia?* tardiamente, quando chega a velhice, e a hora de falar concretamente.” (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 9). Talvez Descartes não estivesse “suficientemente sóbrio”, como afirmam Deleuze e Guattari, com respeito às condições sob as quais a pergunta poderia ser respondida. É possível que Descartes tivesse apenas “vontade de fazer filosofia”, mas sem perguntar-se “o que ela era”, não obstante aquilo que diz naquele trecho do *Discurso*.

Dez anos depois, por ocasião da publicação da tradução francesa dos *Princípios de filosofia*, Descartes redige a famosa carta-prefácio a este texto. Nela encontramos o seguinte:

Gostaria primeiramente de explicar o que é a Filosofia, começando pelas coisas mais vulgares, tais como: que a palavra Filosofia significa o estudo da Sabedoria, e que por Sabedoria entende-se não só a prudência nos negócios, mas um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta de sua vida como para a conservação de sua saúde, e a invenção de todas as artes; e a fim de que esse conhecimento seja tal é necessário que ele se deduza das primeiras causas, de maneira que, para lograr adquiri-lo, o que se nomeia propriamente filosofar, é preciso começar pela investigação dessas primeiras causas, isto é, dos Princípios; [...] (DESCARTES, 2003, p. 4).

Para além da tão conhecida identificação entre a Filosofia e sabedoria, a concepção cartesiana faz referência a um conhecimento amplo e perfeito, necessário tanto para a vida comum quanto para as artes e as ciências, obtido por intermédio do conhecimento das primeiras causas ou princípios. Ora, se a Filosofia é entendida como aquele conhecimento erigido a partir das primeiras causas ou princípios, é preciso saber quais os requisitos que deles se exige. Com efeito, é precisamente nesse sentido que Descartes afirma, na continuidade do texto, o seguinte:

[...] e esses Princípios devem ter duas condições: uma, que sejam tão claros e evidentes que o espírito humano não possa duvidar de sua verdade ao aplicar-se atentamente a considerá-los; outra, que seja deles que dependa o conhecimento das outras coisas, de forma que eles possam ser conhecidos sem elas mas não, reciprocamente, elas sem eles; e além disso é preciso buscar deduzir de tal modo desses princípios o conhecimento das coisas que deles dependem que não haja nada em toda a sequência das deduções feitas que não seja muito manifesto. (DESCARTES, 2003, p. 5).

As exigências aqui expressas nos colocam diante do cânone que caracteriza a forma como Descartes procura dar conta dos problemas aos quais se dedicou, quer relacionados com a metafísica, quer com a explicação dos fenômenos físicos e cosmológicos ou, ainda, com a sua explicação sobre a natureza do homem. A Filosofia que almejou está, portanto, vinculada à busca daqueles princípios ou causas que explicam não somente “como” as coisas são, mas “por que” são desta ou daquela maneira. Nesse

contexto, cabe à razão estabelecer tais princípios e deles deduzir a explicação certa e segura para cada caso.

Contudo, a tarefa de compreender qual é a concepção de Filosofia presente em Descartes não é simples, pois envolve uma pergunta central: de que modo devemos abordar a filosofia de Descartes? Em outras palavras, é preciso tomar algum preceito ou viés mais adequado para que nossa abordagem seja relativamente bem-feita? Talvez encontremos em Alquié, alguma pista sobre isso. Na introdução do livro *A Filosofia de Descartes*, encontramos algumas sugestões sobre a maneira de abordar e compreender a filosofia cartesiana.

Mas, desde logo, há duas ordens cartesianas. A primeira é a do Tempo e a segunda a do Sistema, tal qual aparece, por exemplo, no fim das Segundas Respostas, na exposição geométrica cuja afirmação primeira é: 'A existência de Deus conhece-se pela simples consideração da sua natureza'. [...] A filosofia não é para Descartes um conjunto de ideias, é um pensamento: a sua ordem verdadeira não se pode confundir com o sistema, deve compreender o homem, a própria filosofia que, segundo a etimologia da palavra, ama a sabedoria sem a possuir completamente, e não pode, pois, transmiti-la sob a forma de um corpo constituído de doutrina, mas apenas pedindo a cada um que medite com ele [...] Onde encontrar, porém, a conciliação, clara e equilibrada das duas ordens cartesianas, isto é a perfeita descrição do homem segundo Descartes? [...] o nexó essencial entre as duas ordens de modo nenhum se descobre a não ser nas *Meditações*, onde a história de um espírito, tal como o *Discurso* a apresenta, é verdadeiramente erguida até à essência. (ALQUIÉ, 1986, p. 9-11).

A interpretação de Alquié, parcialmente expressa nessas passagens, é que não é possível entender a filosofia de Descartes sem levar em consideração sua própria trajetória, isto é, a história de seu espírito. É por meio dela, ou com a sua ajuda, que podemos compreender não somente a construção de sua filosofia, mas também os elementos que a constituem. Desse modo, teríamos as condições adequadas para entender as duas ordens às quais Alquié refere-se. Como diz o comentador, a filosofia cartesiana não se apresenta como um conjunto de ideias, mas como um pensamento. É certo que não teremos nesse momento a oportunidade mais adequada para alcançar todos os sentidos desse pensamento, mas tão somente uma parte

dele. De qualquer modo, a fim de compreender uma parte da proposta cartesiana, será necessário levar em conta alguns estágios da construção de seu pensamento. Começemos pelo texto inacabado, as *Regras*, tendo em vista os principais elementos que aqui interessam.

Ao abrirmos o texto, encontramos o enunciado da primeira regra, que afirma: “A finalidade dos estudos deve ser a orientação do espírito para emitir juízos sólidos e verdadeiros sobre tudo o que se lhe depara” (DESCARTES, 1985, p. 1). Ora, o enunciado é claríssimo quanto ao objetivo a ser atingido. De um lado, Descartes adverte que nossos estudos devem fornecer ao espírito uma “orientação”. Tal orientação consistirá, como podemos observar pelo conteúdo das regras IV, V, VI e VII, por exemplo, na determinação de um método que permita a formulação de “juízos sólidos e verdadeiros sobre tudo o que se lhe depara”. Assim, encontramos nesse mesmo enunciado, duas características fundamentais do pensamento cartesiano: 1) a necessidade de um método; 2) o desejo de alcançar um conhecimento suficientemente certo e seguro. É importante lembrar que tais características estarão presentes em obras posteriores, como o *Discurso* e as *Meditações*. Trata-se, portanto, de dois traços centrais de sua Filosofia, os quais jamais abandonou.

De fato, encontramos na primeira parte do *Discurso* não somente uma autobiografia intelectual, mas também, e justamente por meio dela, um diagnóstico acerca de tudo aquilo que Descartes aprendera até aquele momento e que não lhe permitiu atingir um conhecimento certo e seguro. Além disso, já na segunda parte desse mesmo texto, nos deparamos com os quatro preceitos gerais do método que, diga-se de passagem, são um resumo muitíssimo geral daquilo que encontramos no texto de 1628. Tais preceitos, ainda que breves, contém alguns dos elementos centrais estabelecidos nas *Regras*.

O primeiro era o de jamais admitir como verdadeira alguma coisa que eu não conhecesse evidentemente como tal, isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada mais compreender em meus julgamentos senão aquilo que se apresentasse tão clara e distintamente ao meu espírito que não teria ocasião alguma de colocá-lo em dúvida.

O segundo, de dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas partes quantas possíveis e quantas fossem requeridas para melhor resolvê-las.

O terceiro, de conduzir em ordem meus pensamentos, a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como que por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre aqueles que não precedem naturalmente uns aos outros.

E o último, de fazer por toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu estivesse seguro de nada omitir. (DESCARTES, 2018, p. 81).

Essas quatro regras sugerem o modo como Descartes compreende que os problemas filosóficos devem ser abordados. A primeira delas estabelece a condição inicial para a investigação filosófica, uma vez que nenhuma afirmação deve ser admitida como verdadeira enquanto não estiver imune a qualquer dúvida. Nesse sentido, devemos resguardar-nos e admitir como verdadeiro apenas aquilo que resistiu ao exame minucioso da razão⁴⁸. Estabelecida essa condição inicial, toda e qualquer questão deve receber uma análise criteriosa, por intermédio da qual seja possível determinar as partes constituintes de um problema. Discriminadas as partes mais simples, é preciso proceder ordenadamente, recompondo e explicando a complexidade que então se colocava, tal como afirma a terceira regra. Finalmente, a quarta regra, tem em vista dar a maior garantia possível de que nada foi omitido no processo conduzido segundo as duas regras anteriores.

Voltemos à regra I, pois ela contém outros aspectos decisivos para que posamos compreender a íntima relação entre razão e método. Nela encontramos duas passagens muito importantes, relacionadas com o tema da “unidade da razão”. Vejamos o que diz Descartes nesses dois momentos.

⁴⁸ A Primeira Meditação das *Meditações metafísicas* indica exatamente a necessidade de alcançar a certeza ou, se preferirmos, algo que seja imune a qualquer dúvida. Tal ponto arquimediano, para lembramos da metáfora do autor, será alcançado na Segunda Meditação, com o estabelecimento do *cogito*. Além disso, ainda que não tenhamos no texto de 1641 a mesma preocupação com a propositura do método, tal como nas obras de 1628 e 1637, lembremos que a estratégia utilizada por Descartes na Primeira Meditação consiste justamente em questionar diversas vias e espécies de conhecimento por meio de uma dúvida metódica, o que está diretamente relacionado com o espírito geral da primeira regra do método enunciado no *Discurso*.

Com efeito, visto que todas as ciências nada mais são do que a sabedoria humana, a qual permanece sempre una e idêntica, por muito diferentes que sejam os objetos a que se aplique, e não recebe deles mais distinções do que a luz do sol da variedade das coisas que ilumina, não há necessidade de impor aos espíritos quaisquer limites. Nem o conhecimento de uma só verdade, como se fora a prática de uma única arte, nos desvia da descoberta de outra; pelo contrário, ajuda-nos. (DESCARTES, 1985, p. 12).

Portanto, se alguém quiser investigar a sério a verdade das coisas, não deve escolher uma ciência particular: estão todas unidas entre si e dependentes umas das outras; mas pense apenas em aumentar a luz natural da razão, não para resolver esta ou aquela dificuldade de escola, mas para que, em cada circunstância da vida, o intelecto mostre à vontade o que deve escolher. (DESCARTES, 1985, p. 13).

Os temas aqui presentes são bastante claros. Em primeiro lugar, encontramos a tese de que a razão é uma e una. Ela é sempre a mesma e aplica-se igualmente a todas as coisas, assuntos e problemas. Mas se a razão é uma e una, o mesmo se pode dizer daquilo que Descartes denomina de “sabedoria”, que congrega todas as ciências. E é justamente isso que encontramos na segunda passagem, quando Descartes trata da unidade das ciências. Como ele diz, todas as ciências estão relacionadas, unidas e são dependentes umas das outras. Nesse sentido, a tese da unidade da razão coaduna-se com a tese da unidade das ciências. Mas a tese da unidade da razão está, por sua vez, relacionada com a tese da unidade do método, que deve ser aplicado indistintamente aos problemas filosóficos. Tudo isso nos obriga a considerar o famoso parágrafo que dá início à primeira parte do *Discurso*, no qual essa interrelação entre razão e método é um aspecto central.

O bom senso é a coisa do mundo mais bem compartilhada, pois cada um pensa estar tão bem provido dele que mesmo aqueles que são os mais difíceis de contentar-se em qualquer outra coisa não costumam desejar mais do que já têm. No que não é verossímil que todos se enganem, mas isso testemunha, antes, que a capacidade de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é o que se denomina propriamente bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens. Do mesmo modo que a diversidade de nossas opiniões não vem de que alguns sejam mais razoáveis do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diferentes e não considerarmos as mesmas coisas.

Pois não é suficiente ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, como também das maiores virtudes, e aqueles que andam muito lentamente podem avançar muito mais se seguirem sempre o reto caminho, o que não fazem aqueles que correm e que dele se distanciam. (DESCARTES, 2018, p. 69-70).

Encontramos nessa passagem alguns aspectos muito significativos, relacionados com a razão e o método. Em primeiro lugar, esse parágrafo complementa a tese da unidade da razão, pois Descartes afirma que bom senso ou razão está igualmente presente em todos os homens. Assim, a razão é uma, una e igualmente presente em todos nós. Em segundo lugar, o trecho coloca em destaque a precedência do método, quando o autor diz que não basta ter o espírito bom, mas é preciso aplicá-lo bem. Se a razão permite uma decisão acertada no contexto epistêmico, além de fornecer as informações necessárias para que nossas decisões morais sejam corretas, então, não há como deixar de reconhecer que não basta ter aquele quinhão de bom senso que se encontra igualmente partilhado por todos nós; mas, acima de tudo, é fundamental guiar-se por um método que permita a adequada aplicação da razão.

As passagens consideradas até aqui indicam alguns aspectos importantes do pensamento de Descartes, mas eles não alcançam toda a sua força se deixarmos de considerar um dos principais objetivos do autor: alcançar um conhecimento certo e indubitável. É esse tema que encontramos na regra II, mas que também está presente no *Discurso* e nas *Meditações*. Vejamos inicialmente o que nos diz Descartes no texto de 1628, as *Regras*.

Toda a ciência é um conhecimento certo e evidente; nem aquele que duvida de muitas coisas é mais sábio do que quem nunca pensou nelas; parece até menos douto que este último, se formou uma opinião errada a respeito de algumas. Por isso, é melhor nunca estudar do que ocupar-se de objetos de tal modo difíceis que, não podendo distinguir o verdadeiro do falso, sejamos obrigados a tomar como certo o que é duvidoso, porque então não há tanta esperança de aumentar a instrução como o perigo de a diminuir. Por conseguinte, mediante essa proposição, rejeitamos todos os conhecimentos somente prováveis, e declaramos que se deve confiar apenas nas coisas perfeitamente conhecidas e das quais não se pode duvidar. (DESCARTES, 1985, p. 14).

O texto cartesiano não deixa qualquer dúvida quanto aos propósitos de seu autor. Seu objetivo consiste em produzir uma ciência cuja certeza não possa ser questionada. Como ele mesmo adverte, não se trata de contentar-se com conhecimentos meramente prováveis, mas de alcançar a certeza por intermédio de um método consistente e pelo uso acertado da razão. Mas, ainda assim, como poderíamos estar plenamente seguros de que estamos diante de algo verdadeiro e livre de qualquer dúvida? Descartes nos fornece a resposta: quando estivermos diante de algo claro e distinto. O *cogito* é um dos primeiros exemplos disso. Nem mesmo a dúvida tão diligentemente conduzida na Primeira Meditação é capaz de inviabilizar a certeza de que *eu sou, eu existo*. Além disso, é a conquista dessa primeira certeza (a primeira na ordem da descoberta), que lhe permite determinar, sem qualquer reticência, a sua própria natureza: ser uma coisa pensante. Essa primeira certeza não será jamais abandonada por Descartes, pois, em 1644, nós a encontraremos novamente na primeira parte dos *Princípios*.

7. Só poderemos duvidar se existirmos; este é o primeiro conhecimento certo [que se pode adquirir]

Como rejeitamos tudo aquilo de que podemos duvidar ou que imaginamos ser falso, supomos facilmente que não há Deus, nem Céu, nem Terra, e que não temos corpo. Mas enquanto duvidamos da verdade de todas essas coisas poderíamos igualmente supor que não existimos; com efeito, temos tanta repugnância em conceber que aquele que pensa não existe verdadeiramente ao mesmo tempo que pensa que [apesar das mais extravagantes suposições] não poderíamos impedir-nos de acreditar que a conclusão penso, logo existo não seja verdadeira, e por conseguinte a primeira e a mais certa que se apresente àquele que conduz os seus pensamentos por ordem. (DESCARTES, 2006, p. 29).

Mas como foi possível alcançar essa certeza? O que permitiu a Descartes chegar a um conhecimento que não poderia ser questionado? Ora, o que ele nos diz ao final do artigo 7? Que aquela verdade será manifesta ao pensamento daquele que conduz seus pensamentos com ordem, isto é, que procede de acordo com os preceitos do método por ele proposto. Nesse sentido as regras IV e V nos auxiliam a entender em que medida o alcance da certeza é obtido por intermédio do método que dispõe os

objetos em uma determinada ordem. Com efeito, elas afirmam, respectivamente, o que seguinte:

O método é necessário para a procura da verdade. (DESCARTES, 1985, p. 23).

Todo o método consiste na ordem e na disposição dos objetos para os quais é necessário dirigir a penetração da mente, a fim de descobrirmos alguma verdade. E observá-lo-emos fielmente, se reduzirmos gradualmente as proposições complicadas e obscuras a proposições mais simples e se, em seguida, a partir da intuição das mais simples de todas, tentarmos elevar-nos pelos mesmos degraus ao conhecimento de todas as outras. (DESCARTES, 1985, p.31).

Como podemos observar, a ordem é uma das principais características do método. É por meio dela que somos levados a alcançar aquele tipo de conhecimento do qual falava Descartes nas duas primeiras regras. Seu modelo, como sabemos, deriva daquelas disciplinas pelas quais sempre revelou não somente profundo apreço, mas grande inclinação intelectual, a saber: as matemáticas. Como diz o autor em outros momentos, é nelas que encontramos a aplicação mais eficiente da ordem e da medida que caracterizam a sua concepção de método. A seguinte passagem da regra IV nos ajuda a compreender o que está em jogo.

Visto que esses pensamentos me levaram dos estudos particulares da Aritmética e da Geometria para uma investigação aprofundada e geral da Matemática, interroguei-me, antes de mais, acerca do que todos entendem exatamente por essa palavra, e porque é que não são apenas as ciências, de que já se falou, que se dizem parte das Matemáticas, mas ainda a Astronomia, a Música, a Óptica, a Mecânica e muitas outras. (...) Refletindo mais atentamente, pareceu-me por fim óbvio relacionar com a Matemática tudo aquilo em que apenas se examina a ordem e a medida, sem ter em conta se é em números, figuras, astros, sons, ou qualquer outro objeto que semelhante medida se deve procurar; e por conseguinte, deve haver uma ciência geral que explique tudo o que se pode investigar acerca da ordem e da medida, sem as aplicar a uma matéria especial: esta ciência designa-se, não pelo vocábulo suposto, mas pelo vocábulo antigo e aceite pelo uso da Matemática universal, porque esta contém tudo o que contribui para que as outras ciências se chamem partes da Matemática. (DESCARTES, 1985, p. 28-29).

Ora, é essa matemática universal (*mathesis universalis*) que, imbuída da ordem e da medida, define mais fortemente a concepção cartesiana do método. É essa matemática universal que lhe permite, portanto, alcançar um conhecimento certo e indubitável. Quanto à clareza e distinção, que caracterizam aquilo que escapa a qualquer dúvida, os *Princípios* são de grande utilidade, pois, nos artigos 43 e 45 da primeira parte, Descartes nos diz o seguinte.

43. Nunca poderemos falhar se julgarmos apenas as coisas que apercebemos clara e distintamente.

Nunca tomaremos o falso pelo verdadeiro se julgarmos apenas o que vemos clara e distintamente, porque, não sendo Deus enganador, a faculdade de conhecer que nos deu não poderá falhar, nem mesmo a faculdade de querer, desde que não a ampliemos além do que conhecemos. E mesmo quando tal verdade não tenha sido ainda demonstrada, somos tão naturalmente inclinados a dar o nosso consentimento às coisas que apreendemos manifestamente que não poderíamos duvidar enquanto as apercebemos dessa maneira (DESCARTES, 2006, p. 42).

45. O que é a percepção clara e distinta.

Há mesmo pessoas que durante toda a sua vida não percebem nada em condições de bem julgar, porque o conhecimento daquilo sobre o qual se pretende estabelecer um juízo indubitável deve ser claro e distinto. Chamo conhecimento claro àquilo que é manifesto a um espírito atento: tal como dizemos ver claramente os objetos perante nós, os quais agem fortemente sobre os nossos olhos dispostos à fitá-los. E o conhecimento distinto é aquela apreensão de tal modo precisa e diferente de todas as outras que só compreende em si aquilo que aparece manifestamente àquele que a considera de modo adequado. (DESCARTES, 2006, p. 43).

Diante de tais definições, haveria alguma dúvida de que as duas primeiras certezas alcançadas na Segunda Meditação possuem tais características? Acredito que não restaria dúvida alguma de que o *cogito* e a natureza do mesmo (isto é, o de ser uma coisa pensante) possuem tais atributos. Ademais, lembremos ainda que a *res cogitans* não se confunde, nem carece, em qualquer momento, da *res extensa*. Espírito e corpo são distintos, a

apreensão de suas respectivas naturezas não é de modo algum confusa, mas fruto de uma intuição clara.

Resta agora, tendo em vista o texto de 1628, atentar para os dois atos do entendimento que permitem o alcance do conhecimento certo e seguro, como recomenda a regra III: “No que respeita aos objetos considerados, há que procurar não o que os outros pensaram ou o que nós próprios suspeitamos, mas aquilo de que podemos ter uma intuição clara e evidente ou que podemos deduzir com certeza; de nenhum outro modo se adquire a ciência.” (DESCARTES, 1985, p. 18).

Mas o que ele entende por cada um desses atos? Vejamos a definição de cada um deles.

Por *intuição* entendo, não a convicção flutuante fornecida pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação de composições inadequadas, mas o conceito da mente pura e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, o conceito da mente pura e atenta, sem dúvida possível, que nasce apenas da luz da razão e que, por ser mais simples, é ainda mais certo do que a dedução, se bem que esta última não possa ser mal feita pelo homem, como acima observamos. Assim, cada qual pode ver pela intuição intelectual que existe, que pensa, que um triângulo é delimitado apenas por três linhas, que a esfera o é apenas por uma superfície, e outras coisas semelhantes, que são muito mais numerosas do que a maioria observa, porque não se dignam aplicar a mente a coisas tão fáceis. (DESCARTES, 1985, p. 20).

Poderá agora perguntar-se porque é que à intuição juntamos um outro modo de conhecimento, que se realiza por *dedução*; por ela entendemos o que se conclui necessariamente de outras coisas conhecidas com certeza. Foi imperioso proceder assim, porque a maior parte das coisas são conhecidas com certeza, embora não sejam em si evidentes, contanto que sejam deduzidas de princípios verdadeiros, e já conhecidos, por um movimento contínuo e ininterrupto do pensamento, que intuitivamente cada coisa em particular [...]. (DESCARTES, 1985, p. 21).

Notamos nessas passagens não somente a definição de cada um daqueles atos do entendimento, a intuição e a dedução, mas também a sua função na construção de um conhecimento certo e seguro. De fato, a intuição intelectual é responsável pela apreensão daquilo que é evidente e, particular-

mente, dos primeiros princípios. Por outro lado, nem tudo que conhecemos com segurança é absolutamente evidente. Portanto, a dedução é necessária para o conhecimento daquilo que não pode ser obtido pela intuição.

Como vimos, Descartes toma a matemática como seu modelo de conhecimento certo e seguro. Certamente os dois atos aqui discutidos, além da sua função para o conhecimento de todas as coisas sobre as quais a razão humana pode ser aplicada, têm na matemática o seu exemplo mais contundente. Se lembrarmos daquilo que Descartes afirma na regra V, o apelo ao modelo matemático também é flagrante e está, por sua vez, vinculado à resolução de problemas: ao operarmos segundo aquele método que dispõe os objetos em uma determinada ordem, reduzimos uma dada complexidade aos seus elementos mais simples, a partir dos quais compreendemos a complexidade inicialmente dada. Recorrendo à própria metáfora utilizada pelo autor, presente no primeiro parágrafo da regra V: “É nisto apenas que se contém o resumo de toda a humana indústria, e esta regra deve ser seguida por quem anseia pelo conhecimento das coisas não menos do que o fio de Teseu para quem desejasse penetrar no labirinto.” (DESCARTES, 1985, p. 31). A advertência é cristalina, o método é o fio de Teseu por intermédio do qual devemos adentrar o labirinto das questões filosóficas.

3. ALGUMAS DIRETRIZES FILOSÓFICAS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA

Tendo em vista os aspectos acima discutidos, qual a concepção de Filosofia que poderíamos retirar dos escritos de Descartes? Uma primeira aposta, mais imediata, seria compreender a Filosofia como um conhecimento de todas as coisas obtido por meio da determinação das causas ou primeiros princípios, tal como assevera a carta-prefácio aos *Princípios de filosofia*, o que se obtém pelo exercício da razão, dirigida pelas regras propostas no método sugerido por Descartes. Assim, o exercício filosófico se traduz na busca de compreender, de modo certo e seguro, as coisas com as quais nos deparamos, por meio de um exame criterioso que discrimina, por meio da análise, as partes constituintes de uma dada complexidade e a reinterpreta de modo a demonstrar como cada uma daquelas partes compõe e explica aquilo que se pretendia analisar.

Uma segunda alternativa, consiste em tomar o exercício filosófico como a resolução de problemas filosóficos. Nesse sentido, a razão, guiada pelas regras do método, deve recompor a complexidade acima aludida em termos da solução de um problema, isto é, no sentido de fornecer uma resposta a uma pergunta filosoficamente elaborada. Nesses termos, a resolução de um problema filosófico assemelhar-se-ia à solução de um problema geométrico ou matemático, mas com a diferença de que o ponto de partida da empreitada filosófica não tem início apenas com os dados do problema, mas com a postura de um sujeito que coloca em questão aquilo que acreditava conhecer; mas, além disso, intui conceitos, elabora hipóteses interpretativas e deduz consequências dos princípios assumidos. Desse modo, a dúvida se coloca como um viés epistêmico que se articula com o procedimento metodológico de resolução de um problema filosófico. Embora a atividade filosófica não se esgote na dúvida, uma vez que aquela deve ser ampliada em termos da proposição de uma solução – ainda que temporária –, ela é fundamental para que o problema seja tomado em condições epistêmicas mais interessantes e férteis. A boa elaboração da pergunta ou das condições sob as quais um problema filosófico deve ser pensado contribui decisivamente para que as demais regras do método possam operar da melhor maneira possível.

Essa segunda alternativa de interpretação encontra respaldo na própria maneira como Descartes dedicou-se a assuntos de naturezas diversas. Um primeiro exemplo pode ser encontrado nos ensaios que acompanham o *Discurso do método*, visto que o autor se dedica a resolver uma série de problemas, ainda que no âmbito da óptica, da técnica, da meteorologia e da geometria. O segundo exemplo, mais amplamente conhecido e debatido no meio acadêmico e escolar, está nas *Meditações*. Nesse último caso, inspirado por questões de ordem epistemológica, Descartes propõe-se a resolver uma série de problemas, cujo objetivo consiste em provar a existência da alma, de Deus e dos corpos. Se a dúvida é o *leitmotiv* que ecoa por toda a Primeira Meditação, a condução metódica da sua argumentação nos faz reconhecer a impreterível necessidade de fornecer uma solução segura aos problemas sobre os quais as demais meditações se debruçam, seja por meio da intuição das mais evidentes ou da dedução das mais complexas.

É precisamente essa argumentação, metodologicamente conduzida, que lhe permite alcançar aquele conhecimento certo e seguro ao qual se referia nas *Regras* e no *Discurso*. A Filosofia se traduz, então, como uma postura diante dos problemas suscitados por perguntas filosoficamente elaboradas, inclinando nossa razão a buscar respostas filosoficamente construídas.

Se a Filosofia se apresenta com tal conformação, além do manifesto e reiterado desejo de Descartes de atingir um conhecimento certo e seguro, o exercício filosófico aproxima-se igualmente do domínio de uma maneira de pensar e explicar aquilo que nos provoca uma inquietação muito genuína, inseparável da nossa relação filosófica conosco e com o mundo, acompanhada da subsequente tentativa de dar sentido àquilo que nos inquieta. Nesse sentido, essa forma particular de pensar exige uma linguagem que lhe seja produtora e que, portanto, permita aquele tipo de exercício ao qual se destina o pensamento filosófico. Desnecessário repetir aqui exatamente o diagnóstico de Lebrun, tão bem conhecido por muitos de nós (LEBRUN, 2006, p. 23). De todo modo, ainda que nem tudo o que afirma Lebrun em sua resposta à pergunta “Por que filósofo?” esteja presente no pensamento de Descartes, não parece fora de lugar afirmar que aquela língua da segurança – da qual fala Lebrun – tem, no pensamento cartesiano, algum parentesco. Se, como diz Lebrun, o estudante não se orienta para a filosofia porque tem sede de verdade, mas procura “instalar-se num vocabulário que se ajusta ao máximo às ‘dificuldades’ (*no sentido cartesiano*) [...]” (LEBRUN, 2006, p. 23, grifos meus), compreender a filosofia nos moldes sugeridos acima parece coadunar-se razoavelmente com essa orientação.

Tal compreensão da Filosofia enseja, assim, uma perspectiva de ensiná-la que privilegie o tipo de pensamento que a caracteriza. Preliminarmente a qualquer decisão sobre o eventual conteúdo, assunto ou tema filosófico a ser explorado, parece impor-se a necessidade de estabelecer *o modo* segundo o qual o ensino de Filosofia deve ser conduzido. Ao invés da exposição de um conjunto de conceitos, sistemas ou verdades⁴⁹, o en-

⁴⁹ O que não significa, necessariamente, abrir mão do auxílio da História da Filosofia. Pelo contrário. Como afirma Bolzani: “Não há dúvida de que filosofar, como vimos, proporciona-nos a autonomia do pensamento; mas o conhecimento da história da filosofia, muito ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, não é obstáculo para isso: é o meio de sua genuína realização. [...] Por isso, filosofar é, também, repensar conceitos

sino de Filosofia apresenta-se como um exercício que coloca à prova nossas crenças inquestionadas – tal como Descartes desconfiou daquelas que se lhe apresentavam. Em primeiro lugar, pelo salutar exercício da dúvida, pois, como lembra Bolzani,

[...] é como se a dúvida, entendida como etapa indispensável do filosofar, se transformasse num indicador daquela racionalidade que o socratismo inaugurou e ajudou a construir. Provavelmente o caso mais conhecido de exercício dessa prescrição, tão importante e influente quanto o de Sócrates, é o de René Descartes, filósofo francês do século XVII, que afirma ser preciso duvidar “de nossos preconceitos de infância”, para descobrir verdades realmente sólidas e inabaláveis. (BOLZANI FILHO, 2005, p. 43).

Em segundo lugar, pela análise de tudo aquilo que envolve ou parece fundamentar nossas crenças. É preciso tomá-las como essencialmente problemáticas, evitando a ingenuidade de acatá-las sem qualquer senão. Somente quando despidos dessa ingenuidade, conscientes das dificuldades envolvidas com nossas crenças, podemos dar um passo adiante e reconstruir nossa visão de mundo, o que requer, como advertiu o filósofo francês, proceder por ordem, exigindo que cada etapa de nosso pensamento seja conduzida com o mesmo rigor com o qual questionamos nossas crenças ou outras que nos são apresentadas.

Essa perspectiva de ensino de filosofia, centrada no exercício e desenvolvimento de habilidades filosóficas, demanda de nós, filósofos-professores, abdicar de um pretense protagonismo, retirar-nos de uma zona de conforto, na medida em que não se trata mais de discorrer sobre um dado tema a partir da cultura filosófica que adquirimos. Como advertia um memorável filósofo e professor brasileiro:

E, se queremos de fato levar nossos alunos a filosofar, teremos de abdicar do desejo de brilhar, de exhibir perante nossos alunos nossa capacidade retórica de construir aulas bem ordenadas, eruditas, magnificamente estruturadas, mas que são fundamentalmente *estéreis*, ou quase isso, *no*

e teses de diferentes filósofos, que nos auxiliam a elaborar livremente nossas próprias teses e conceitos, bem como livremente debater e criticar conceitos e teses que estão em conflito com os nossos. Filosofar é aprender com os filósofos modos de pensar que não podíamos prever, até mesmo para, deles partindo, criticá-los ou, eventualmente, admitir a importância e o valor do que dizem.” (BOLZANI FILHO, 2005, p. 50-51).

que respeita à sua eficácia pedagógica para a formação filosófica de nossos alunos. (PORCHAT, 2005, p. 121).

Difícil situação, na qual somos impelidos a promover zelosamente o florescimento filosófico de nossos alunos e alunas, sem que lhes demos, de antemão, conhecimentos prontos. Complicada tarefa, na qual devemos esquivar-nos da armadilha de oferecer respostas, esforçando-nos para fazer com que saibam formular boas perguntas, refletir sobre elas, enfrentar os problemas filosóficos que são suscitados, elaborar uma boa reconstrução de sua própria visão de mundo. E com o mesmo zelo, incliná-los a corrigir seus eventuais erros de análise e argumentação, reforçando o rigor que devem ter com as soluções que elaboram.

É certo que tudo isso *torna mais árdua a tarefa do professor.* [...] *Ensinar a filosofar exige que se filosofe também.* [...] Ensinar a filosofar exige ainda uma dose infindável de *paciência e tolerância e compreensão* para com os que estão começando. Exige um enorme *respeito* por eles. Exige que privilegiemos o ouvi-los, o entendê-los, que saibamos tranquilamente com eles conversar, sem agressividade, sem nos mostrarmos escandalizados com certas impropriedades que, como é muito natural, com alguma frequência serão levados a proferir. Os grandes carvalhos nascem pequenos, são de início plantas tenras que a floresta ajuda a fazer crescer, alimenta e protege. Se as condições de crescimento lhes são dificultadas, talvez não cheguem a tornar-se as árvores potentes que tinham tudo para ser. (PORCHAT, 2005, p. 121-123).

Tomando de empréstimo a analogia entre o fio de Teseu e o método, nossa tarefa é incentivar nossos alunos e alunas a percorrerem o labirinto das questões filosóficas munidos dos fios produzidos por suas próprias rocas, conduzindo as soluções para os problemas hauridos da dúvida com o mesmo rigor com o qual elas foram produzidas. Não parece haver outro modo para a autonomia do pensamento. Se muitas das teses filosóficas cartesianas já se perdem no oceano de outras filosofias que a sucederam, talvez não se possa dizer o mesmo do modo de filosofar que Descartes tão bem nos sugeriu. Talvez seja essa a sua lição mais perene.

REFERÊNCIAS

- ALQUIÉ, F. *A filosofia de Descartes*. Tradução de M. Rodrigues Martins. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- BOLZANI FILHO, Roberto. Sobre a filosofia e o filosofar. *Discurso*, São Paulo, n. 35, p. 29-59, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. *O que é filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- DESCARTES, R. *Carta-prefácio dos Princípios da filosofia*. Tradução de Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DESCARTES, R. *Discurso do método & Ensaios*. Tradução de César Augusto Battisti, Érico Andrade, Guilherme Rodrigues Neto, Marisa Carneiro de Oliveira Franco Donatelli, Pablo Rubén Mariconda e Paulo Tadeu da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- DESCARTES, R. *Meditações*. In: *Descartes*. Tradução de G. Guisburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- DESCARTES, R. *Princípios de filosofia*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2006.
- DESCARTES, R. *Regras para a orientação do espírito*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1985.
- GRANGER, G-G. Introdução. In: *Descartes*. Tradução de G. Guisburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 11-30. (Coleção Os Pensadores).
- LEBRUN, G. Por que filósofo? In: *LEBRUN, G. A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 19-26.
- OLIVEIRA, F. B. de. Educação em Descartes: Que educação racionalista é essa? *Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, ano 4, n. 6, p. 55-78, jan./jul. 2006. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/3917/pdf_156. Acesso em: 29 jan. 2019.
- PORCHAT, O. Discurso aos estudantes sobre a pesquisa em filosofia. In: *CRISÓSTOMO, J. de S. A filosofia entre nós*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 109-123.